



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

CAROLINA MARGARIDO MOREIRA

**INTERVENÇÕES URBANAS E A ÁREA DA LUZ NO
CENTRO DE SÃO PAULO: DO POLO CULTURAL À
NOVA LUZ**

**Setembro de 2012
Oficina nº 389**

Carolina Margarido Moreira

**Intervenções urbanas e a área da Luz no Centro de São Paulo:
do polo cultural à Nova Luz**

**Oficina do CES n.º 389
Setembro de 2012**

OFICINA DO CES

ISSN 2182-7966

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087

3000-995 COIMBRA, Portugal

Carolina Margarido Moreira

Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos - Universidade de São Paulo¹

Intervenções urbanas e a área da Luz no Centro de São Paulo: do polo cultural à Nova Luz

Resumo: O estudo das intervenções urbanas na área da Luz, em São Paulo, reconhece uma política de conjunto, mas parte da escolha e avaliação das ações propostas e efetivadas na área da Luz e antiga “Cracolândia”, um dos principais alvos dos programas de requalificação urbana da prefeitura de São Paulo, atualmente denominado Nova Luz. O estudo apresentado concentra questões presentes no que poderia ser definido como uma agenda urbana estabelecida a partir da “revitalização” das chamadas áreas “degradadas”, com a implementação de propostas e equipamentos culturais, que integram ou se espelham em modelos de políticas urbanas internacionais e culminam com a aprovação da Lei de Concessão Urbanística para viabilizar a sua implementação.

Palavras-chave: intervenções urbanas, Cracolândia, Nova Luz, equipamentos culturais, políticas públicas.

O cultural e o público nas intervenções da área da Luz: da cidade-sujeito à cidade-objeto

“A Nova Luz vai mudar radicalmente, para muito melhor”: este é o título do objeto de, segundo anunciado no sítio da Prefeitura de São Paulo, “uma das maiores intervenções urbanas já realizadas em São Paulo²”.

Apesar de quase nunca citados, mas com certeza influenciando muitas das diretrizes das atuais políticas públicas para o centro de São Paulo, parte dos projetos e estudos realizados anteriormente para a área da Luz³ partiu do reconhecimento desta como uma área cuja singularidade evidencia-se, primeiro, por sua localização na cidade, caracterizando-se como transição entre o centro e a expansão em direção ao Norte. Depois, pela conjunção entre uma morfologia clara – identificável pela estrutura da

¹ Artigo resultante das pesquisas desenvolvidas na pesquisa de mestrado e que embasam a pesquisa de doutorado em desenvolvimento na área de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo do IAU – USP de São Carlos, Brasil.

² Prefeitura Municipal de São Paulo. Página consultada a 05/10/2007, em <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/subprefeituras/2007/10/0024>.

³ Dos quais se destacam: “Área Luz” [escritório Rino Levi/1974], “Luz Cultural” [Secretaria do Estado da Cultura/1984], o Programa “Centro Seguro” e “Ação Local” criados pela Associação Viva o Centro em 1991; Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro [Procentro] em 1993; Concurso Nacional de Ideias para um Novo Centro de São Paulo, realizado pela Prefeitura e pela SEHAB, em 1996; Operação Urbana Centro, em 1997; Projeto Pólo Luz pelo governo estadual e federal, do qual resultaram as reabilitações da Pinacoteca do Estado, da Estação Júlio Prestes e da Estação da Luz, em 1998. Também em 1998 iniciou-se o Projeto Monumenta/BID, que foi implementado a partir de 2000, na gestão Marta Suplicy, juntamente com o Programa de Reabilitação do Centro de São Paulo.

divisão do solo, regularidade do traçado, das ruas, escala e disposição das edificações e espaços públicos – e por usos que permanecem ao longo do tempo, com significativa concentração de equipamentos institucionais, de serviços e de transportes, destacando-se o conjunto de edifícios e espaços destinados às atividades culturais, educacionais, militares e também mercantis-manufatureiras de vestuário... Permeando as diversas razões que fizeram com que ocorresse um alto grau de concentração de usos e atividades institucionais no bairro da Luz, talvez se possa supor a existência de uma ‘lógica de localização’ que, mesmo de maneira implícita, deu coesão e unidade física e funcional ao processo de formação e amadurecimento dessa área da cidade, ao mesmo tempo em que lhe confere seus significados, tanto a nível municipal quanto metropolitano.⁴

Assim, de modo geral, estes projetos e estudos buscaram a reabilitação física e funcional do conjunto urbano da Luz através de uma intervenção ‘restauradora/recuperadora’ dos bens protegidos representados por edifícios e espaços singulares da história da arquitetura e do urbanismo paulistanos, ao mesmo tempo, e [ao menos teoricamente] como condição fundamental da articulação, do sentido e da sustentabilidade da ação recuperadora. Também pressupunham não só a reestruturação do espaço público como o incentivo à inserção de projetos e novos usos e atividades [através da reciclagem de partes subutilizadas do prédio da Estação, da requalificação das instalações da Garagem Municipal e de novas propostas para moradia e para o setor comercial e de serviços]. Quanto ao conjunto da área, supunham o seu maior grau de acessibilidade e ‘atrabilidade’ e a possibilidade de elevação do valor econômico da área pela maior heterogeneidade social dos usuários e a consequente redefinição da base qualitativa da demanda e oferta de serviços.

A leitura geral sobre o histórico das intervenções na área da Luz possibilita identificar momentos em que a arquitetura qualifica de forma decisiva o espaço urbano, utilizando-se muitas vezes a ‘cultura’, ou melhor, recorrendo à sua instrumentalização, para legitimar suas ações. São, como se pode observar pelos resultados obtidos depois de mais três décadas de intervenções, princípios orientadores destas ações:

⁴ Sales, Pedro M. R. (1998), “Projeto Luz: a respeito de uma proposta de recuperação do patrimônio cultural urbano”, Cidade revista do Departamento de Patrimônio Histórico SMC, n. 5, São Paulo – SP. Descrição do perfil do Projeto-Área da Luz – documento síntese elaborado conjuntamente pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) e DPH (Departamento do Patrimônio Histórico) para a apreciação por parte da coordenação central do Programa e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

consertar sem destruir, refazer sem desalojar, reciclar, restaurar, criar a partir do que está dado, respeitar a sedimentação dos tempos diferentes, reatando e rejuvenescendo os vínculos com a tradição, enfim, construir um “lugar” – na acepção forte do termo –, ou seja, dar forma ao informe, sem com isso querer ordená-lo, mas devolvendo-lhe a antiga dignidade, redescobrimo por aí o fio perdido da continuidade histórica que lhe dá sentido, e assim por diante [...] Tudo isso era fruto de um esforço de salvação da cidade e, com ela, da urbanidade, quem sabe até de uma vida pública perdida, conduzido [discretamente], passo a passo, por assim dizer [em migalhas], a partir de pontos nevrálgicos, escolhidos a dedo, seja por sua deterioração, seja, ao contrário, pelo significado de que poderia se revestir para a população local, servindo de ponto de irradiação que viesse a requalificar o entorno – *ipso facto*, a relação das pessoas com o seu espaço e entre elas. Esse programa de resistência foi se transformando no seu contrário, ou melhor, revelando sua verdade oculta: a mal disfarçada manutenção do *status quo*, a rigor de uma forma de administrar contradições, de escamotear conflitos, esconder a miséria. (Arantes, 1998: 24)

O aporte de Otilia Arantes é, como sempre, muito importante, pois sua crítica às intervenções urbanas atuais e ao urbanismo contemporâneo voltado à diversidade urbana⁵ – defendida desde Jane Jacobs chegando a inúmeros contextualistas mais recentes – estabelece uma trajetória da ideologia urbanística recente substantiva. Segundo a autora,

vêm se dando de forma pontual, restrita, por vezes intencionalmente [modestas], buscando uma requalificação que respeite o contexto, sua morfologia ou tipologia arquitetônica, e preserve os valores locais [...] substituindo a ideologia do plano por outra, a ideologia da diversidade, das identidades locais, em que os conflitos são escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo, recoberto pela transformação da superfície desencantada das nossas cidades em cenários fascinantes de uma sociabilidade viva que há muito tempo deixou de existir, em virtude justamente desse traço desertificante da modernização. (Arantes, 1998: 130)

Tendo como referência os termos finais da citação, mas com alguma inflexão, surge a observação de que a requalificação das áreas centrais de São Paulo parece seguir o receituário do Planejamento Estratégico, mesmo que o termo já não apareça tão frequentemente, ao afirmar a cidade como uma das maiores metrópoles mundiais e tentar construir uma imagem que a identifique, não à cidade real, mas a uma cidade que

⁵ Segundo Frúgoli Júnior (2007: 27), o conceito da diversidade urbana foi colocado em evidência por Jacobs no início da década de 1960, “quando de sua crítica contundente aos resultados de intervenções urbanísticas monumentais inspirados pelo modernismo, que, segundo ela, vinham causando a desertificação dos espaços públicos”.

não existe, e que nunca existiu. Isto ocorre através de um processo urbanizador baseado na reprodução do capital imobiliário, em detrimento da construção do espaço urbano para a sociedade, ou que pense a pluralidade social, acentuando cada vez mais a exclusão social.

A necessidade de que a imagem que o centro apresenta diante do mundo, ou do mercado, reflita e identifique características marcantes da São Paulo-Cidade Global parece guiar, assim, as intervenções urbanas na área da Luz, que não é, por si só, o centro de São Paulo, mas faz parte deste. Assim, como a área denominada “Cracolândia”⁶ não coincide, exatamente, com a área da Luz, mas é um pedaço desta onde, ambas esquecidas por políticas sociais, pessoas e espaços [públicos] acabaram por se completar, cada um com suas necessidades intrínsecas e recíprocas.⁷

Assim, pode-se traçar uma ‘linha histórica’ do discurso que acompanha o urbanismo no Brasil a partir do mapeamento das propostas de intervenção nessa área que, um dia ocupada pela aristocracia, e onde foram implantados diversos e importante

⁶ “Saiba por que região central de SP é chamada de ‘cracolândia’.” Consultado a 15/02/2002, em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u46204.shtml>. A “cracolândia” ‘ganhou’ este apelido no início da década de 1990, quando o *crack* - um subproduto da cocaína - se tornou uma droga da moda entre as classes C e D na cidade. A droga foi trazida ao país por traficantes bolivianos e peruanos e é facilmente feita com uma mistura de pasta de coca [ou, mais raramente, de cocaína pronta] e bicarbonato de sódio. A vantagem para os traficantes é que a pasta de coca não tem um cheiro tão forte como a cocaína refinada, o que facilita o transporte e dificulta sua apreensão. Além disso, a mistura aumenta a quantidade do “produto” e barateia seu preço - ao contrário da cocaína, cujo grama custa o equivalente a um grama de ouro: R\$ 20,00. Já segundo a Polícia Civil, há pedrinhas de *crack* vendidas por até R\$ 1,00. Imediatamente ao chegar à cidade, o *crack* se tornou muito popular entre menores de rua. Eles passaram a consumir as pedrinhas na região que mais tarde seria chamada de ‘cracolândia’. Abrange ruas comerciais da região da Luz e Campos Elíseos. “Sujas, mal iluminadas e, por isso mesmo, pouco frequentadas. Compreende as ruas dos Protestantes [onde o vídeo da promotoria foi gravado], dos Gusmões, General Osório, Vitória, do Triunfo, dos Andradas e Aurora.”

⁷ “Caderno Cotidiano” consultado a 09/08/2009 em Jornal Folha de São Paulo. As ações da Prefeitura de São Paulo na região da Cracolândia/Luz ganharam recentemente contornos cada vez mais insólitos, para se dizer o mínimo, como aponta a reportagem da Folha de São Paulo. Expulsos da região os nórias: “... se tornaramandarinhos, não existe mais uma ‘base’. Caminham completamente desnorteados por todos os lugares, em grupos enormes, da Barra Funda à Radial Leste”, diz o segurança Chico de Assis, contratado por comerciantes e moradores da rua Sebastião Pereira, que fica em uma área ao redor do viaduto, para afugentar viciados. “Não dá para o cara sair do prédio de manhã, ou abrir o bar, o banco, com aquela gente amontoada ali na porta.” Além de subir o elevador pelo acesso que desce para Santa Cecília [região central] e também pelo que desemboca na rua Helvétia [*idem*], os usuários, ou “nórias”, agora caminham a esmo pela vizinhança da praça da República, dos largos do Arouche e de Santa Cecília, e em vários pontos da avenida São João - todos bem distantes da “original” cracolândia, cujo perímetro abrange as redondezas da Praça Júlio Prestes [até a avenida Ipiranga]; ruas Eduardo Prado e Conselheiro Nébias. [...] O movimento itinerante dos craqueiros coincide com o início da Ação Integrada Centro Legal, deflagrada no dia 22 de julho pela prefeitura, governo do Estado, Judiciário e Ministério Público. A intenção da iniciativa, de acordo com as assessorias, é “recuperar o centro da capital paulista, e não somente a região da Luz”.

equipamentos [culturais],⁸ desde 1974 – quando a equipe técnica do Rino Levi & Arquitetos Associados é contratada para elaborar um estudo específico e propostas de uso, ocupação e reurbanização da área, considerada pela Lei de Zoneamento uma “Zona Especial” – é alvo de tentativas de requalificação, quase sempre relacionadas às diversas instituições culturais ali existentes ou implantadas ao longo dos anos.

Nota-se, contudo, que o discurso em relação à cultura em si vai se metamorfoseando pelos caminhos traçados pelas intervenções. No Projeto Luz Cultural [1984], onde a cultura estava inclusive presente no título [pelo menos discursivamente], a proposta de integração do potencial de uso dos espaços públicos e institucionais e da população local, moradora e usuária, através da recuperação de algumas instituições culturais, mostrou-se forte e bem articulada. A proposta chamou a atenção para a questão urbana, independente das reais intenções do projeto, ou se este atingiu ou não seus principais objetivos. Por exemplo, as praças, dizia-se, seriam transformadas “num ponto de encontro e lazer para a comunidade e da qual os automóveis seriam expulsos”⁹, além da tentativa de reabilitar e inter-relacionar instituições existentes.

Já o discurso que acompanhou as intervenções seguintes [aparentemente influenciadas pelas novas propostas internacionais e, portanto, pelos princípios do Planejamento Estratégico] se deu pela intenção de constituir um conjunto arquitetônico através da introdução de, ainda, programas culturais que teoricamente promoveriam uma reabilitação para suas áreas envoltórias. Mesmo que tais requalificações, restritas a edifícios e seus espaços, tenham sido realizadas com o intuito de reprimir e/ou inibir a circulação de determinados grupos sociais, ainda havia, em suas propostas, o foco na ocupação dos espaços públicos da região central [apesar de visarem apenas uma determinada e ‘selecionada’ parcela da população].

Seguindo essa ‘linha’, a Associação Viva o Centro surge, em 1991, com forte papel de pressão e consegue, através da articulação com setores da sociedade civil, construir uma importante negociação com o poder político para, de acordo com os seus objetivos, reverter o processo de deterioração da área central que, mesmo sem pretender priorizar as necessidades mais ligadas às camadas populares, dependia ainda da melhora

⁸ Vale ressaltar que, aqui, quando se menciona Cultura, refere-se ao seu sentido mais abrangente, não somente arte, mas um conjunto de costumes, hábitos; refere-se, sobretudo, a identidades sociais coletivas, que, naturalmente, estão em permanente transformação, recomposição.

⁹ *Pólo Luz, Sala São Paulo, cultura e urbanismo*, textos de Regina Maria Prosperi Meyer e Alcino Izzo Júnior. Publicação da Viva o Centro, 1999. Consultado na página http://www.vivaocentro.org.br/download/publicacoes/polo_luz.pdf.

dos espaços públicos e da ocupação destes pela parcela da população que ‘deveria’ voltar a habitar o centro de São Paulo.

Conseqüentemente, tendo em vista os recursos conseguidos através do BID para a requalificação de centros históricos em cidades brasileiras, o Projeto Luz [1998] destaca o bairro pelo qual se iniciaria o processo de recuperação da área central da cidade e seria, talvez, uma tentativa de dar continuidade aos objetivos do Projeto Luz Cultural, agora com a mediação da Viva o Centro e com investimentos do governo estadual e do governo federal. A partir da Estação da Luz e do papel do transporte público na região, a proposta de restauração de vários edifícios históricos e melhorias em espaços públicos abrangia também, ao menos em teoria, uma avaliação socioeconômica da área visando a transferência ou o reassentamento da população moradora de cortiços.

Em 1997, a transformação da Estação Júlio Prestes em um equipamento cultural [Sala São Paulo, sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo], também abarcava a elaboração de um plano urbanístico para seu entorno, visto que se acreditava no papel indutor na requalificação da área e em seu poder para ‘sensibilizar’ os poderes públicos para a importância da requalificação urbana da região, objeto dos estudos urbanísticos então realizados. Tal poder indutor, dizia-se, “no entanto, pode e deve ser potencializado ao máximo em benefício da coletividade através de planos urbanísticos, adequação de zoneamento e posturas edilícias e incentivos especiais” (Meyer, 1999: 7). Assim como esta, a reforma da Pinacoteca do Estado pelo conceituado arquiteto Paulo Mendes da Rocha, entre vários outros, teria sido responsável, assim que concluída, por um novo afluxo das classes médias à região central.

Já o Programa Morar Perto, elaborado durante a gestão da prefeita Marta Suplicy [2001-2004] e implantado prioritariamente na Luz, apontava a preservação das moradias existentes e o incremento habitacional, por isso destoando das intervenções “culturais” realizadas, o que não foi bem visto pela Associação e gestões posteriores: Celso Pitta [gestão 1997-2000] lamenta, em artigo publicado pela Associação Viva o Centro,¹⁰ que a administração posterior tenha abandonado a concepção original do projeto, “permitindo e incentivando” invasões de prédios ocupados por sem-teto, que resultaram em novos cortiços.

Em 2005, na então gestão de José Serra, acabar com a “Cracolândia” torna-se prioridade. Nitidamente mudam-se, no discurso que acompanha a ação política, os alvos

¹⁰ Pitta, C. “A revitalização do Centro de São Paulo”, *Urbs*, ano X – número 42, especial Viva o Centro 15 anos, dezembro de 2006: 32.

referentes às posturas adotadas em relação às intervenções urbanas na área central [no caso, a segurança e a fruição de carros e pessoas], assim como se estreitam cada vez mais os laços entre o Poder Público e o poder privado. O segundo, travestido de representação da sociedade civil, contagia a cidade com seus princípios de gestão empresarial, controle da segurança e da paisagem da cidade, assim como determina os níveis de interação entre seus habitantes, as atividades que devem ou não ser estimuladas através das “operações de força-tarefa, onde se reúne o maior número de pessoas de diferentes órgãos do poder público, atuando em diversas frentes de maneira concentrada para combater as irregularidades e coibir o crime”, conforme divulgado em site da Prefeitura, em *link* não mais existente.

Esse retrospecto foi feito com o intuito de mostrar que, ao menos discursivamente, a questão tanto da ocupação do espaço público [ou seja, o “estar”], quanto do poder indutor dos equipamentos culturais, foi sendo completamente reconfigurada com o passar do tempo e, provavelmente, com o afluxo de recursos tanto financeiros como ideológicos, neste caso, advindos do discurso da Cidade Global e dos princípios do Planejamento Estratégico e de outras noções de intervenção urbana dele derivadas, como o *city marketing*.

Nota-se, nas propostas atualmente apresentadas, que o espaço público a que se referem resume-se a vias de passagem [ruas e calçadas], sendo sua ‘requalificação’ condicionada apenas a melhorias na iluminação, no piso, na segurança e, em alguns casos, no mobiliário urbano. Ainda assim, tais melhorias referiram-se, durante o final de 2006, 2007 e boa parte de 2008, principalmente a vias de passagem relacionadas ora a localidades de consumo [como a Rua Santa Efigênia], ora a terminais de transporte público, o que garantiria a não permanência de pessoas e a vivência integral desses espaços. Nota-se, também, que a cultura como “carro-chefe” do discurso que legitimaria tais intervenções ficou nesse período em compasso de espera, assim como outras intervenções que, parecendo ter cumprido o seu papel, realizaram, na verdade, parte dele: os equipamentos que já tinham sido instalados¹¹ funcionaram como ‘cabeça de ponte’ da renovação.

¹¹ A dinamização da área por meio de uma maior integração do potencial de uso dos espaços públicos e institucionais por parte da população local, moradora e usuária, através da recuperação de algumas instituições culturais ‘de peso’, teve início com o Projeto Luz Cultural [1984] da Secretaria do Estado da Cultura do governo Franco Montoro [1983-1986], coordenado pela arquiteta Regina Meyer. Ver: Pólo Luz, Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo, textos de Regina Maria Prospero Meyer e Alcino Izzo Júnior. 1999. A postura de intervir apenas requalificando os edifícios de importância histórica e transformá-los em equipamentos culturais indutores de requalificação urbana da área da Luz se deu posteriormente,



Figura 1 – Início da demolição dos edifícios da “Cracolândia”, em 27/10/2007. Antiga loja número 381, Rua General de Couto Magalhães.



Figura 2 – Vista de terreno vazio após demolição.



Figura 3 -Vista da área [cracolândia] a partir da janela da Pinacoteca, Rua Mauá.

Agora, além de dar “sustentação” aos equipamentos com a objetiva atração de empresas investidoras e, com elas, compartilhar o papel de “âncoras” da requalificação urbana, o percurso da cultura parece conhecer mais uma extensão com a contratação, no final de 2008, da dupla de arquitetos suíços Jacques Herzog e Pierre De Meuron para a elaboração do projeto da sede da “São Paulo Companhia de Dança” [SPCD], que será construída no centro da capital paulista, no terreno de dezenove mil metros quadrados da antiga rodoviária, localizada na Praça Júlio Prestes, ao lado da “Cracolândia”.¹² Com o novo centro cultural e teatro com capacidade para aproximadamente mil pessoas, a ideia do governo estadual [José Serra, PSDB] é uma nova tentativa de criar um polo ligado às artes na região, visto que na antiga estação Júlio Prestes, que fica em frente da antiga rodoviária, já funciona a Sala São Paulo. Tal polo, de acordo com o discurso proferido na época em que foi inaugurada a sede da OSESP, influenciaria a “revitalização” da região e agiria, já de início, “expulsando” os usuários atuais do local,

também através do Estado e não da Prefeitura, pela intenção de constituir um conjunto arquitetônico singular que tinha como eixo a Avenida Tiradentes e áreas próximas que, através da introdução de programas culturais – como o da Pinacoteca do Estado, [à recuperação do Jardim da Luz], a criação da Sala São Paulo [reconvertendo parte à restauração da Estação Júlio Prestes] e do Museu da Língua Portuguesa [à restauração da Estação da Luz] – teoricamente promoveriam uma reabilitação para suas áreas envoltórias.

¹² Segundo reportagem, o prédio servirá de sede para um corpo de baile do Estado, de um coral de ópera e de uma escola de dança. A escola de música do Estado, que funciona na Rua Mauá, também será transferida para o local. Quatro escritórios internacionais de arquitetura foram convidados para apresentar projetos: o do britânico Norman Foster, o holandês O.M.A. [*Office for Metropolitan Architecture*], o do americano Cesar Pelli e o de Herzog e De Meuron. São Paulo, quinta-feira, 18 de junho de 2009. Folha de S.Paulo, Caderno Ilustrada.

onde até o momento do pronunciamento funciona um shopping popular especializado em tecidos, que será desapropriado.



Figura 4 – Maquetes eletrônicas mostrando as transformações urbanas propostas para a área do projeto de requalificação Nova Luz, com a implantação dos edifícios públicos.

Fonte: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/subprefeituras>.

A busca pelo entendimento das reais causas desse processo que acaba por gerar discursos através dos quais o poder público sente-se livre para divulgar, por exemplo, que a não aprovação da mudança das ZEIS¹³ da área da Nova Luz para outro local seria ruim, pois desabilitaria metade da área que poderia ser usada para imóveis comerciais. Parte-se então do pressuposto de que se existe esse discurso é porque ele é aceito, e seu questionamento não tem a força que deveria ter. Pelo contrário, parte dos próprios

¹³ Zonas Especiais de Interesse Social, definidas pelo Plano Diretor de 2002, segundo o qual a habitação de interesse social teria um lugar garantido nas áreas centrais.

moradores da área assume para si tais discursos e se aliena ao não se reconhecer como vítimas potenciais da postura “pragmática”, para todos os efeitos neoliberal, da municipalidade que, cada vez mais, aprofunda projetos de flexibilização da ação pública em detrimento da licenciosidade ao capital privado.

Ao que parece, mesmo com a crise econômica, o mercado imobiliário manteve-se relativamente aquecido na cidade: com os empreendimentos tradicionais, e agora com o Complexo Cultural [São Paulo Centro de Dança, projeto da dupla de arquitetos suíços Herzog&Meuron], arrisca-se uma ação e mantém-se a área como reserva de mercado e laboratório de projetos políticos que, a cada nova versão, apenas amplia a “participação” da iniciativa privada. Enquanto isso, a ação saneadora não pode esconder, ainda que a mídia seja conivente, o comércio de drogas, como bem se observa com o ainda presente vagar dos “nóias”, como são chamados os usuários. Ou seja, um dos motivos da proposta de renovação continua, agora com o aval do poder público que poderia lidar com a situação, e nada faz.

Parte-se, então, do pressuposto de que as ações políticas estudadas fazem parte apenas de uma das camadas da ruptura gerada pelo capital, da qual a despolitização ou perda de potencialidades do espaço público é a mais visível quando se pretende entender as intervenções urbanas nas áreas centrais da cidade de São Paulo. Assim, sendo São Paulo a principal metrópole de um país em desenvolvimento, as propostas de requalificação de seus espaços públicos tornam-se campo ideal para entender as relações nas quais o Estado, que salvaguardaria a qualidade desse espaço público, não mais se identifica com esse papel.

Nova Luz para a “Cracolândia”

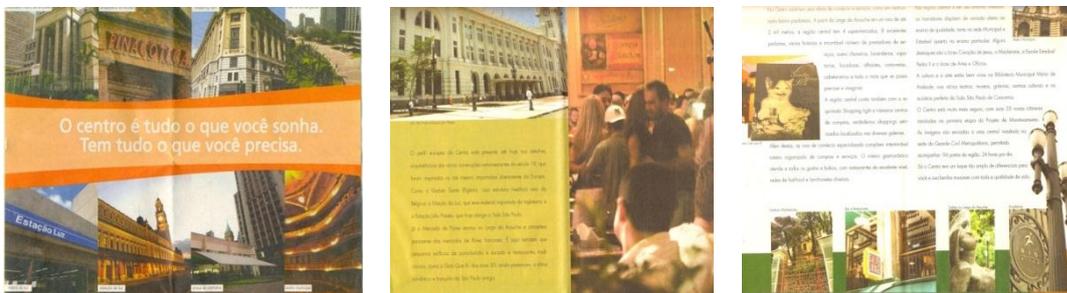


Figura 5 – Páginas de catálogo de divulgação do Projeto Nova Luz.

Como um catálogo de um empreendimento qualquer, do tipo que é distribuído todos os dias pelas ruas da cidade de São Paulo, o Projeto Nova Luz foi apresentado [em 2005, pelo então candidato a prefeito José Serra, PSDB] também através de um

‘catálogo’ que mostra espaços coloridos e repletos de pessoas felizes. Tais pessoas estariam ‘aproveitando’ as diversas vantagens do bairro da Luz – no passado, um dos principais pontos de lazer da cidade –, estas relativas aos seus espaços arborizados e requalificados [Parque da Luz], à proximidade de terminais para onde convergem os transportes e negócios de toda a região metropolitana de São Paulo [Estação da Luz] e à “arquitetura, história e cultura que atraem turistas do mundo todo” e que, promete, “vão revitalizar o seu negócio”.

Além disso, a tecnologia, a informática e a indústria de entretenimento, os serviços ligados à cultura e à educação e “outros múltiplos segmentos de negócios” são também oferecidos e estimulados pelo Projeto Nova Luz e “contribuirão decisivamente para restituir à região seu brilho original, a sua merecida posição de vanguarda, gerando progresso e qualidade de vida para a cidade.” Todo esse *marketing* não seria estranho se tal projeto não fizesse parte da iniciativa da Prefeitura de São Paulo para requalificar a região, até então apelidada de ‘Cracolândia’, através de recursos públicos e investimentos privados, teoricamente destinados à melhoria de vida da população local.

O projeto proposto [Nova Luz] parece seguir [pelo menos discursivamente] alguns dos princípios do Planejamento Estratégico – surgido e aplicado a partir das necessidades das chamadas ‘cidades globais’¹⁴ –, ao assumir São Paulo como uma cidade cujo suposto potencial econômico atrativo exigiria a explicitação de uma identidade própria baseada em raízes culturais, especificidades, história, coesão social, enfim, como uma cidade que necessita investir em sua imagem, como meio de atrair investimentos de empresas multinacionais. Isso como se a cidade fosse um produto a ser vendido ou comprado ou, ainda, uma imagem que garante ou agrega valores aos produtos a serem adquiridos. No caso, temos como produto o espaço urbano de uma cidade ‘livre’ de conflitos, na realidade apenas escamoteados através do discurso assumido pelas chamadas políticas públicas, cujas práticas até o momento foram insuficientes inclusive para alcançar este objetivo, ainda que em termos ideológicos pareça atualmente desfrutar de ampla hegemonia.

Assim, por deter todos os elementos característicos das singularidades históricas e culturais que sustentam a identidade e o pertencimento necessários a essa construção

¹⁴ Termo através do qual o trabalho da socióloga Saskia Sassen apresenta as grandes cidades – no caso Nova Iorque, Londres e Tóquio – como tendo a incumbência de atrair investimentos como forma de sobrevivência econômica na atual fase do capitalismo e que serviu como modelo para que toda uma teoria urbana de competitividade intercidades fosse desenvolvida. Sassen utiliza em *The Global City: New York, London, Tokyo* (1991) termo *cidade-global* de forma mais contundente.

ideológica, o centro histórico de São Paulo [ou uma área pertencente a este, como é o caso da Luz], então considerado abandonado pela parte visada da população, a classe média [média-alta], torna-se, a partir da década de 1980, objeto de requalificação urbana e funcional. Primeiro para fazer valer a sua potencialidade como atrativo polo cultural, visto que é dotado de equipamentos, nesse âmbito, singulares e insubstituíveis na cidade, depois como meio [mais uma vez apoiado no termo cultural] de garantir ou proporcionar a existência de espaços urbanos propícios à recepção dos investimentos das empresas multinacionais. Sabe-se, contudo, que não é do interesse da maioria das grandes empresas internacionais implantarem suas filiais na área central, visto que a cidade já proporciona, em regiões melhor equipadas para tanto, infraestrutura necessária à recepção dessas em seu espaço urbano [como as intencionalmente criadas Faria Lima, Berrini e Marginal Pinheiros, dentre outras que surgem e virão a surgir].

Pode-se perceber, portanto, que no caso da Luz a atração visada atém-se a empresas de menor porte, como dizem os gestores políticos em questão, empresas de *callcenter*, *telemarketing* [enfim, empresas ligas à “tecnologia”], agências de publicidade e hotelaria, escolas, universidades, além do já existente comércio especializado [eletrônicos, vestuário] e serviços [hotéis, restaurantes], que se pretende intensificar na busca da chamada ‘ocupação integral’ relativa aos diversos períodos do dia.

Baseado no discurso de que a apropriação indevida de algumas áreas próximas à Estação da Luz [Cracolândia] por “parcelas da população ligadas à criminalidade” acentuou sua degradação e conseqüente desvalorização, o poder público aplicou e legitimou ações de fiscalização, de intervenções em estabelecimentos irregulares e de ‘zeladoria’ urbana, de expulsão dos usuários de *crack*, como agora se verifica. Para além disso, procedeu à demolição de uma série de imóveis desapropriados ora para a construção de equipamentos públicos [sede da Subprefeitura da Sé, Prodam – Empresa de Tecnologia e Comunicação do Município – e Guarda Civil Metropolitana], ora para um leilão entre construtoras interessadas em construir no local, tido pela Prefeitura como “uma das regiões mais promissoras da cidade, tanto para o comércio quanto para a vida cultural”.

A última ‘novidade’ do Projeto, a Lei de Concessão Urbanística, é um instrumento que, além de reforçar a isenção fiscal [ou seja, renúncia a recursos públicos para atração de empresas privadas], aprofunda projetos de flexibilização da ação pública em detrimento da licenciosidade ao capital privado, este sim agora beneficiário da

expulsão dos moradores e usuários indesejados. Coloca-se então a questão: o esforço para atrair tais empresas é apenas um mote para ‘liberar’ a área [através do processo ‘natural’ de “gentrificação” espacial]¹⁵ dessa paisagem decadente que se revelava, e ainda se revela apesar de todas as ações, pela existência de cortiços, moradores de rua, usuários de drogas e prostitutas, ou seria um meio de imputar a estas empresas a tarefa na melhoria da imagem da área central?

Não se menciona, ou apenas se refere de passagem, a existência de uma área destinada à habitação de interesse social [o discurso oficial se esforça em dizer que será esteticamente realizada nos padrões dos empreendimentos mais valorizados], a qual, inclusive, como já dito, tentou-se realocar para outra área com a intenção de não ‘perder’ espaço para a instalação de edifícios comerciais, geradores de atratividade e lucros para a região.

Vê-se, assim, desfeito o papel do Estado, originalmente de salvaguarda do espaço público, que vai se diluindo através da legitimação da ação pública em prol de interesses privados. A atração de recursos financeiros geradores de lucro e de, se não isso, ao menos de uma imagem da cidade que o gere num futuro próximo, mesmo que em outras localidades desta, parece ser legítima e consensual, inclusive entre os vitimados por este tipo de prioridade, justificando toda e qualquer ação, mesmo aquelas que consideram as pessoas como objetos a serem descartados, caso atrapalhem ou impeçam o alcance de tais objetivos. Valores e direitos como habitação e trabalho, e as relações sociais que deles sucedem, vão sendo esquecidas quando só se enxerga o fim mais imediato das ações [a geração de dinheiro]. Para além disso, a crença nesses valores autonomizados impede a reflexão profunda a respeito da perda de importância do espaço público para a formação do indivíduo, agora reduzido a simples fruidor da cidade e desses espaços de passagem, esses sim priorizados.

¹⁵ Segundo a arquiteta Regina Meyer (1999: 119), “o amplo processo de recuperação das áreas centrais de cidades americanas, impulsionado pela decadência de setores residenciais, foi, nos anos 1960, uma resposta para os problemas de desagregação urbana. Esse tipo de ação, embora seja, na sua origem, um discutível modo de atuar no interior de setores urbanos, substituindo antigos moradores por novos, de maior poder aquisitivo, influenciou positivamente o novo ideário urbanístico que se iniciava. A ação conduzida nas áreas centrais de cidades americanas é traduzida pelo novo conceito de *gentrification*, e tornou-se exemplo de operações urbanas cujo produto final foi a iniquidade. Os movimentos populares de luta e reivindicação dos moradores atingidos fazem parte de qualquer estudo sobre esse tipo de intervenção. Sua crítica foi, assim, incorporada como nova condicionante de grande parte dos projetos de renovação urbana realizados posteriormente.”

O foco da questão torna-se, então, o sujeito que aceita e incorpora tais propostas, defendendo-as inclusive.¹⁶ Quais as reais possibilidades da arquitetura e do urbanismo nesse momento em que o sujeito perde sua capacidade crítico-reflexiva e passa a agir e a pensar através de estímulos [ou falta deles], agora racionalmente construídos justamente para que não haja nenhuma reação, inclusive quando são apresentadas propostas claramente artificiosas e destituídas do papel cívico que deveriam abarcar?

Seria então algo como o *Bigness*,¹⁷ o antídoto contra este comportamento já descrito nas análises filosóficas de Georg Simmel¹⁸ [Alemanha, 1858-1918], surgido nas grandes cidades modernas e denominado de comportamento *blasé*? Segundo Heitor Frúgoli Jr., este comportamento seria a personificação da relação entre o que ele chama de “proximidade corporal e distância espiritual”, analisada na “cidade de Simmel” [Berlim do fim do século XIX], mas presente em todas as outras sociedades, inclusive na sociedade contemporânea,¹⁹ justamente por ser uma espécie de mecanismo de defesa psíquica que o sujeito cria para conseguir se adaptar aos estímulos e cobranças práticas [exatidão, objetividade, calculabilidade, pontualidade, padronização] que ainda existem e se intensificaram, mesmo que agora acompanhadas ou embaladas na magia do espetáculo e do incentivo à busca pelo prazer rápido e momentâneo da sociedade contemporânea.

Nota-se, portanto, que esta relação de proximidade física e distância espiritual personificada no caráter *blasé* é mantida, privilegiada e ampliada na maioria dos projetos de intervenções urbanas propostos para requalificar, hoje, espaços tidos como degradados: assim, baseando-se nos mesmos princípios modernos de “difusão ampliada

¹⁶ Tome-se como exemplo o discurso do metalúrgico aposentado José de Paula Ferreira, entrevistado pelo jornalista do Estado de São Paulo, para quem a Praça da Sé “deveria ser uma bela praça para se passear. O centro da cidade deveria ser um marco. Acho que há tentativas de melhorar, de tirar os mendigos e os marginais, mas parece que sempre há um obstáculo. Cabe à Prefeitura deixar tudo aprazível e atrair turistas”. “Prefeitura tira 200 sem-teto da Praça da Sé”. Publicado a14/12/2007 em Estado de São Paulo – Caderno Cidades/Metrópole C3.

¹⁷ O conceito do *Bigness* – ou urbanidade interior – foi desenvolvido teórica e projetualmente pelo arquiteto holandês Rem Koolhaas como um meio desta lidar com a cidade contemporânea e seus grandes complexos edificadas. Tal conceito coloca o tamanho do edifício como o instigador de um programa ideológico que, independente do desejo de seus arquitetos, não é um problema intelectual, considerado por Koolhaas como a caminho da extinção: o *Bigness*, segundo ele, instiga ainda o regime da complexidade que mobiliza todos os âmbitos da arquitetura e os campos a ela relacionados. Proporcionado pelas invenções tecnológicas [ar condicionado, elevador etc.], o conceito do *Bigness* pretende reorganizar o mundo social de acordo com uma vasta programação que, livre dos pensadores, exalta uma condição urbana completamente oposta àquela objetivada pela ideologia urbana moderna. Koolhaas, R. “S, M, L, XL”, 1998.

¹⁸ Ver Simmel (1967) e Waizbort (2000).

¹⁹ Visto que o moderno é, segundo Frúgoli Júnior (2007: 14), um “processo descontínuo, matizado e concomitante a processos não modernos”.

da economia monetária”, que tornou o dinheiro o equivalente universal de todas as relações, a cidade mantém-se como, segundo Frúgoli Jr. ao descrever a cidade moderna de Simmel, “o espaço por excelência dos princípios ordenadores da racionalidade capitalista, o que reverbera na subjetividade dos seus habitantes”. (Frúgoli Júnior, 2007: 15)

Conceitos-propostas como o *Bigness* – que pretende estabelecer outra urbanidade distinta daquela pela ideologia urbana contemporânea – agiria nos indivíduos chocando ou obrigando-os a deixarem de lado essa defesa que os mantém reservados, insensíveis e indiferentes à complexidade de problemas com os quais o próprio *Bigness* se confronta. Na cidade, o *Bigness* exacerbaria a pequenez das intervenções pontuais ao realizar uma intervenção completamente contrária àquelas que vêm se realizando: as chamadas de “mígalhas” por Otília Arantes ao compará-las a todo o potencial investigador da arquitetura e no urbanismo.

Por exemplo, segundo Pedro Rivaben Sales, arquiteto da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura [SEMPULA], “a pergunta que aqui sobressai diz respeito a qual “definição” da Luz lidar como “tema” e “escala” de um projeto de recuperação e revalorização urbana? Aquela definição proposta em 1977 pelo escritório de Cerqueira César, que [apoiada em critérios técnicos, a seu tempo, “dedutivamente” rigorosos] “recortava” generosa e amplamente um contorno desde os rios, para depois ser “lido” e “transformado” segundo parâmetros quantitativamente pré-fixados? Ou a estabelecida em 1984 pelo Projeto Luz Cultural que circunscrevia um “polígono” formado pela posição de [e as rotas de percurso entre] “bens tombados” enquanto “teatro” de programas artístico-culturais? Ou, ainda, de acordo com a visão “oficial” do Monumenta, os “círculos de influência” traçados em torno de um “polo” [necessariamente “tombado”], no caso representado pelo edifício da estação?

O programa de requalificação da Luz talvez reflita as contradições dos objetivos e dos agentes que disputam o espaço urbano, com os quais a referida gestão municipal negociava. Em alguns casos, as ações parecem ter preocupação direta e clara em direcionar as intervenções no sentido de trazer para o local determinada camada da população que não mais o utiliza, criando apenas “cenários” de uma vivência da cidade que não mais existe e que quer se fazer existir forçadamente e, em outros casos, a intenção é pensar os espaços urbanos do centro integralmente voltados para aqueles que realmente os utilizam, pois o centro não está vazio, muito pelo contrário.

Discursivamente, o que este segundo tipo de intervenção pretende é “recuperar a atratividade para as atividades de lazer e de cultura que foi perdida para outras centralidades que se formaram na cidade, não apenas no sentido de recuperar espaços culturais, mas sim incentivando estas atividades culturais e de lazer no centro no horário em que não há comércio e em finais de semana”.²⁰ O objetivo é que o centro não tivesse horários de uso, mas sim um uso prolongado e irrestrito, garantindo sua vitalidade, além da permanência de quem já está no centro até mais tarde, aumentando o tempo de uso de espaço por quem já o usa, ao invés de atrair outros usuários, como por exemplo a “elite” da sociedade. Entretanto, nessa fala, algo de contraditório parece estar contido, pois as operações culturais, em grande parte, parecem estar dirigidas à elite econômica e cultural [Sala São Paulo, a programação “tradicional” da Pinacoteca e, provavelmente, a do novo Complexo] e não à população local.

Assim, procurou-se entender neste texto como os conceitos de ‘cultura’ e de ‘público’ foram [ou estão sendo] utilizados, ou instrumentalizados na “revitalização” do centro de São Paulo, e como esse processo ocorreu. Vislumbram-se, através da análise dos discursos proferidos especialmente na imprensa, mostras de um uso indiscriminado de determinados termos que, autonomizados, impedem a devida reflexão por grande parte das pessoas que tem acesso às informações divulgadas nos meios de comunicação. No caso do projeto de requalificação urbana da área da Luz, especificamente daquela antes denominada, pelo próprio governo, Cracolândia, percebe-se claramente o uso formal da existência de equipamentos culturais para alavancar um projeto que nitidamente procura atrair maiores investimentos para a área, inserida no centro da cidade de São Paulo, mas que não é seu centro, como se passou a divulgar. Claramente percebe-se que a cultura, assim “gentrificada”, torna-se meio para outra ação, ao mesmo tempo que os equipamentos servem a uma elite já formada, e não se constituem em equipamentos de formação, em que pesem as excursões de colegiais que animam os seus espaços.

De qualquer forma, mesmo isso se encontra incompleto: até ao momento não há mostras de qualquer [e o termo qualquer aqui é utilizado plenamente] requalificação possível, a não ser em termos de edifícios e espaços urbanos, se é que estes ainda

²⁰ Trecho de entrevista cedida por Sarah Feldman à equipe de alunos da Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo [EESC-USP] para a realização do trabalho final sobre cidades mundiais, da disciplina Arquitetura e Urbanismo Contemporâneos. “São Paulo _ Uma Cidade Global?”, p. 20, Mimeo.

poderão ser assim denominados após a realização destas propostas, que aguardam um significado último.

Segundo Harvey:

Dentre os muitos desenvolvimentos da arena do consumo, dois têm particular importância. A mobilização da moda em mercados de massa [em oposição aos mercados de elite] forneceu um meio de acelerar o ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividades de recreação [hábitos de lazer e de esporte, estilos de música pop, videocassetes e jogos infantil etc.]; uma segunda tendência foi a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços – não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações. O “tempo de vida” desses serviços [uma visita a um museu, ir a um concerto de rock ou ao cinema, assistir a palestras ou frequentar clubes], embora difícil de estimar, é bem menor do que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar. Como há limites para a acumulação e para o giro de bens físicos [mesmo levando em conta os famosos seiscentos pares de sapatos de Imelda Marcos], faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo. Essa busca pode estar na raiz da rápida penetração capitalista, notada por Mandel e Jamenson em muitos setores da produção cultural a partir da metade dos anos 60. (Harvey, 1996: 258)

Assim, ao tentar enxergar e compreender o urbanismo contemporâneo, quando a cultura parece ser vista como um serviço prestado – e não com toda a complexidade de significados que o termo abrange –, a lógica identificada, por exemplo, na requalificação da área da Luz, passa a não ser tão incoerente. Isto porque, a partir do momento em que a ‘cidade’ e a ‘cultura’ perdem seu significado autônomo, a cidade é facilmente vista como um ponto de consumo rodeada por serviços [culturais] a serem utilizados.

Considerações finais

As análises realizadas no trabalho aplicam-se às reflexões sobre a modernidade e suas relações com a cultura, com o dinheiro e com o espetáculo tendo como cena necessária a atual condição da cidade contemporânea e ao que vem sendo realizado e proposto para requalificação de seus espaços. A quebra da capacidade crítico-reflexiva da relação entre sujeito e objeto foi fator predominante, se não primordial, no que tem sido feito hoje nos espaços urbanos centrais das cidades denominadas “globais” do mundo e do Brasil. A forma como o homem, a partir da industrialização, passou a se relacionar com a natureza que o circula determinou não apenas os espaços, mas principalmente a

ausência desses, a ausência de sentidos, de reflexões, de consciência sobre o fruto de suas ações e falta delas. Há algumas possibilidades [buscadas, por exemplo, por profissionais teóricos e atuantes como Koolhaas] para se modificar essa relação e, só assim, restabelecer o sentido de cidade e permitir ao espaço público, à urbanidade e à arquitetura participarem positivamente deste processo. De todo modo isto ainda se configura mais como uma perspectiva crítica do que como uma realidade, o que não deixa de agregar qualidades efetivas, frente ao adesismo formalista e acrítico, que toma a noção de requalificação urbana como um dogma natural.

Nota-se que a exemplo da cultura, o chamado ‘uso público ativo dos espaços’ permeia o centro dos objetivos e dos discursos dos projetos de intervenção nas áreas centrais, quer em termos locais, quer em termos do debate urbano internacional. O que salta aos olhos, de imediato, é a simplificação do que seja espaço público, e das intervenções para “produzi-lo”, quase sempre equalizado a um equipamento urbano – praça, parque etc. – independente das relações sociais que nele se verificam, ou dos processos sociais que dariam sustentabilidade a uma vida social ativa.²¹

Em vista das implicações negativas que por vezes se observa em nome desse uso, e para a compreensão dos critérios e conceitos que norteiam os projetos, faz-se necessário um entendimento da forma de produção e de apropriação dos espaços públicos e dos privados, assim como de suas relações, visto que é a partir dessas que a cidade se [re]conforma. Mas uma questão parece ser muito grave, em que pesa o discurso de renovação, nas operações da Nova Luz. A cidade é muito ampla, oferece muitas oportunidades ao capital imobiliário e ao capital em geral, que parece não necessitar de realizar um programa urbano completo para a sua reprodução, mesmo um programa de natureza excludente. A possibilidade de as intervenções ficarem a meio passo é real. Ou seja, realizam-se obras, o que em parte é o objetivo, e mantêm-se muitas das características da região, o que no mínimo garante a sobrevivência do discurso de uma melhoria [“gentrificadora”] futura e novas ações e novas obras.

Referências bibliográficas

Arantes, Otilia (1998), *Urbanismo em fim de Linha*. São Paulo: Edusp.

²¹ Para uma definição de Espaço Público, ver Vera da Silva Teles, “Espaço Público e espaço Privado na constituição do Social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt”, *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, Volume 2, 1.º semestre, 1990.

- Arantes, Oflíia; Vainer, Carlos; Maricato Ermínia (2000), *Cidade do pensamento único - desmanchando consensos*. São Paulo: Editora Vozes, Coleção Zero à Esquerda.
- Frúgoli Júnior, Heitor (2007), *Sociabilidade urbana*. Ciências Sociais Passo a Passo – Coleção Passo a Passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Harvey, David (1996) “Espaços urbanos na ‘Aldeia Global’: reflexões do capitalismo no final do século”, *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, 4, 171-189.
- Harvey, David (1998), *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Koolhaas, Rem; Mau, Bruce (1998), *Small, Medium, Large, Extra Large*. New York: The Monacelli Press [2ª edição].
- Meyer, Regina Paula (org.) (1999), *Pólo Luz - Sala São Paulo, cultura e urbanismo*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Sassen, Saskia (1991), *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.
- Simmel, Georg (1967), “A metrópole e a vida mental”, in Otávio Velho (org), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Waizbort, Leopoldo (2000), *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34.